

IMPACTOS DOS FATORES ECONÔMICOS ASSOCIADOS AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

Rodrigo Nobre Fernandez¹
Nalair Coimbra Lima²
Gabrielito Menezes³

Resumo: Para promover e incentivar a criação e a formalidade de empreendedores foi criado pela Lei Complementar nº128/2008 a figura do Microempreendedor Individual (MEI), tendo por objetivo trazer para a formalidade os inúmeros empreendedores informais existentes. Esse trabalho buscou identificar os fatores associados para a geração dessas empresas MEIs. Para isso, utilizou-se dados em painel tendo como variável dependente o número de MEIs criadas e como possíveis determinantes, algumas variáveis socioeconômicas referentes aos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, durante os anos de 2012 a 2016. Os resultados apontam que um aumento na taxa de desemprego, queda na média salarial, acréscimo no orçamento do SEBRAE mostraram que existe um aumento considerável na média de criação dos MEIs. Contudo esses resultados não se mantiveram robustos ao realizarem-se as estimativas de efeito fixo.

Palavras-chave: MEI. Microempreendedor. Empreendedorismo.

IMPACT OF THE ECONOMIC FACTORS ASSOCIATED WITH THE INDIVIDUAL MICROENTREPRENEUR (MEI): AN ANALYSIS FOR THE BRAZILIAN STATES

Abstract: In order to promote and encourage the creation and formality of entrepreneurs, the Individual Microentrepreneur (MEI) was created by Complementary Law no. 128/2008, with the aim of bringing to formality the innumerable informal entrepreneurs. This work sought to identify the associated factors for the generation of these MEIs companies. For that, panel data were used as dependent variable the number of MEIs created and as possible determinants, some socioeconomic variables referring to the 26 Brazilian states plus the Federal District, during the years 2012 to 2016. The results indicate that an increase in the unemployment rate, fall in average wage, increase in the SEBRAE budget showed that there is a considerable increase in the average creation of MEIs. However, these results did not remain robust when carrying out fixed-effect estimates.

Keywords: MEI. Microentrepreneur. Entrepreneurship.

¹Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Economia, Pelotas-RS, Brasil, rodrigo.fernandez@ufpel.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-8596-2898>

² Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Economia, Pelotas-RS, Brasil, nalair@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-3710-6768>

³ Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Pelotas - RS, Brasil, gabrielitorm@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-7649-5132>

IMPACTO DE LOS FACTORES ECONÓMICOS ASOCIADOS AL MICRO EMPRENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): UN ANÁLISIS PARA LOS ESTADOS BRASILEÑOS

Resumen: Para promover e incentivar la creación y la formalidad de emprendedores fue creado por la Ley Complementaria nº128 / 2008 la figura del Micro emprendedor Individual (MEI), teniendo como objetivo traer a la formalidad a los innumerables emprendedores informales existentes. Este trabajo buscó identificar los factores asociados para la generación de esas empresas MEI. Para ello, se utilizaron datos en panel teniendo como variable dependiente el número de MEI creadas y como posibles determinantes, algunas variables socioeconómicas referentes a los 26 estados brasileños más el Distrito Federal, durante los años de 2012 a 2016. Los resultados apuntan que un aumento en la tasa de desempleo, la caída en la media salarial, el aumento en el presupuesto del SEBRAE mostraron que existe un aumento considerable en la media de creación de los MEI. Sin embargo, estos resultados no se mantuvieron robustos al realizar las estimaciones de efecto fijo.

Palabras clave: MEI. Micro emprendedor. Emprendedor.

Introdução

Nas economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas encontra-se uma significativa parcela de trabalhadores por conta própria e/ou assalariados informais, estando assim, a margem da proteção e de alguns direitos sociais. Deste modo, o papel dos programas públicos para promover a formalidade e inclusão destes trabalhadores é primordial, e vários caminhos são utilizados, entre os quais estão as políticas de facilitação e estímulo ao empreendedorismo, microcrédito e capacitação (CORSEUIL; NERI, ULYSSEA, 2014).

O incentivo ao empreendedorismo tem sido uma importante política pública alcançando níveis de autoemprego nos países menos desenvolvidos que se expressa nos níveis de empreendedorismo por necessidade (DORNELAS, 2005). A taxa de empreendedorismo desde 2011 apresentou um crescimento na economia brasileira, porém mostrou-se em decréscimo no período entre 2015 e 2016, contudo, ainda manteve o segundo maior valor desde 2002, ficando em 36% o que indica uma consolidação da atividade empreendedora como alternativa ao emprego formal, especialmente verificada pelo maior nível de empreendedorismo por necessidade frente ao empreendedorismo por oportunidade (GEM, 2016).

Esta faixa de empreendedorismo nascente e por necessidade também tem sido influenciada por várias políticas públicas que vão desde o apoio à formação técnica, financiamentos e legislações específicas para micro e pequenas empresas. É neste contexto que o governo federal instituiu, em 2008, a figura jurídica constitucional do Microempreendedor Individual (MEI), em que flexibilizou os

trâmites burocráticos de obtenção da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e reduziu os valores de impostos e taxas para esta categoria, gerando um elevado número de MEI (BRASIL, 2008).

O MEI tornou-se um perfil relevante na economia brasileira já que o número de microempreendedores individuais registrados no Brasil superou o número de empresas abertas. Até março de 2016, eram 5.720.194 microempreendedores superando em 20% o número de Micro e Pequenas Empresas (MPes) abertas no período, que somam 4.777.069 (PORTAL DO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, 2017).

Em um primeiro momento, o objetivo da legislação que instituiu o MEI foi trazer para formalidade muitos pequenos negócios que operavam as margens dos registros legais, e assim, possibilitar que estes empresários usufríssem dos benefícios sociais e fiscais. O empreendedorismo informal refere-se aos negócios ou atividades que não estão regulamentados ou protegidos pelo Estado (SOUZA et al., 2016). Ao passo, que num segundo momento, foi o incentivo para a geração de novas empresas no cenário econômico nacional (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014). Pese os prós e contras desta política e seu real uso no mercado, o número de MEIs tem demonstrado uma força econômica crescente no país, cumprindo um papel de atenuante nos níveis de desemprego (SOUZA et al., 2016).

No entanto, para que esta política seja efetiva é preciso entender melhor os fatores que promovem e fortalecem o MEI, a fim de atuar sobre eles para consolidar a sua eclosão. Especialmente, é preciso identificar se este empreendedorismo está relacionado à necessidade, como autoemprego, ou se são as oportunidades de financiamento e capacitação voltada ao empreendedorismo que estão sendo as principais fontes de geração da MEI.

Com o intuito de contribuir com o estudo desta temática, este artigo tem por objetivo identificar os possíveis fatores associados a taxa de MEIs nascentes e assim, prover informações úteis para os gestores públicos poderem desenvolver diferentes estratégias em cada estado brasileiro, respeitando as características sociais, culturais e econômicas, apresentadas por cada região.

Para atingir esse propósito, utilizou-se uma estrutura de dados em painel, compreendida no período de 2012 a 2016 para os 26 estados da federação em conjunto com Distrito Federal. A base de dados construída para os possíveis fatores associados a formação das MEIs foi obtida de diversas fontes estatísticas nacionais oficiais, como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos estados brasileiros, a

idade média, a taxa de desemprego, o salário médio estadual, os valores do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), número de trabalhadores admitidos e desligados formalmente e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como uma *proxy* de capital humano. Também se inclui a variável de investimento em capacitação do empreendedor que se tomou para análise o orçamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de cada estado. Para as estimativas utilizaram-se estimadores de efeito fixo, com a intenção de mitigar o problema de viés causado pela existência de variáveis relevantes omitidas, que variam entre os estados e mantêm-se constantes ao longo do tempo.

Os resultados apontam que um aumento na taxa de desemprego, queda na média salarial, acréscimo no orçamento do SEBRAE mostraram que existe um aumento considerável na média de criação dos MEIs. Contudo ao executarmos estimativas de efeito fixo esses resultados não foram estatisticamente significativos. Esse fato pode ter ocorrido pelo pequeno tamanho amostral ou pela omissão de outras variáveis que seriam tão importantes quanto às utilizadas nesse modelo.

Esse estudo se divide em seis seções. Na próxima seção é feita uma revisão da literatura, em que são levantados os possíveis fatores associados a formação dos MEIs. Posteriormente apresentam-se as hipóteses a serem estimadas nos modelos empíricos. Em seguida, mostram-se os dados e metodologia a ser utilizada. Na quinta seção discutem-se os resultados obtidos dos modelos estimados. Por fim, tem-se as considerações finais.

Revisão de Literatura

O governo brasileiro, assim como de outros países tem reconhecido a importância das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo por vários motivos, entre eles: redução da pobreza, necessidade de aumento de arrecadação fiscal, incentivo a inovação e formalização de negócios (VALE; CORRÊA; REIS, 2014; SOUZA et al. 2016).

Em nível internacional se identifica que as políticas de empreendedorismo possuem três critérios que justificam sua criação: incrementar a base de futuros projetos e inovação ao país, promover os projetos já existentes e acelerar o crescimento de empresas jovens (KANTIS, 2012). Já para a América Latina, as medidas estatais são mais recentes, ganharam força nos anos 1980 e foram

motivadas para promover o autoemprego e gerar oportunidades de igualdade para os pequenos negócios frente a empresas consolidadas, desta forma, foram direcionadas para apoiar a pequena e média empresa (RENGIFO, 2015). No Brasil este cenário se reproduziu e o tema empreendedorismo ganhou notoriedade a partir de 1990 com a criação do SEBRAE e da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTTEX) (DORNELAS, 2005). A partir de então, vários programas foram criados no intuito de incentivar e capacitar microempreendedores, mas por diversas razões ainda não atenderam a toda necessidade que a sociedade brasileira demanda.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2011 identificou que no Brasil existe 75% de empreendimentos que não estão registrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Portanto, são informais, não contribuindo para o sistema previdenciário e fiscal e gerando uma evasão fiscal e um elevado passivo social (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014).

A introdução da Lei Complementar 128/2008 foi uma política para minimizar o quadro de informalidade dos pequenos empreendimentos, criando o programa MEI, que possui benefícios de ordem previdenciária, fiscal e mercadológica (BRASIL, 2008). Enquadrava-se nesta categoria algumas atividades em que o empreendedor possuísse receita bruta de, no máximo R\$ 60.000,00 anual ou R\$5.000,00 mensal, não tivesse outro estabelecimento ou participação societária e possuísse no máximo um funcionário. A formalização destes empreendimentos iniciou em 2009 e tem gerado um elevado número de empreendedores a cada ano (SEBRAE, 2013).

Conforme Saboia (2011), há uma maior demanda de trabalhadores de nível técnico no Brasil, gerando um número de universitários que acabam em subempregos ou buscam saída no empreendedorismo. Esta situação causa uma ocupação de postos de trabalho que desloca as populações com menos formação para o extrato seguinte de empregos e assim sucessivamente, gerando ao final um grupo mais vulnerável que não é absorvido pelo mercado de trabalho (LAVINAS; MARTINS, 2013).

Juntamente com a baixa escolaridade, Lavinias e Martins (2013) observaram que quanto maior o grau de pobreza menor as chances de o trabalhador estar em relações de trabalho formalizadas que garantam mais segurança e proteção previdenciária. Fato que também tem sido gerador do chamado espírito empreendedor, que passa a ser uma alternativa de autoemprego e melhoria de

renda *per capita*. Outro fato interessante, levantado por estes autores foi que entre os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, ou seja, na informalidade, o grau de feminização alcança 95%, indicando que o gênero tem um peso na inserção ocupacional formal.

Desde os anos 1990, com o paradigma da Gestão Social do Risco, liderado pelo Banco Mundial que a inclusão de serviços financeiros para os pobres começou a ser utilizada como instrumento para potencializar o empreendedorismo (HOLZMANN; JORGENSEN, 2000; LAVINAS; MARTINS, 2013). A Gestão Social do Risco é uma forma de promover a inclusão de pessoas que sofrem pela falta de recursos e da precária inserção nos sistemas formais de proteção social estando sem garantias e expostos a diversos riscos.

Lavinas e Ferraz (2010) afirmam que, no âmbito do crédito individual à pessoa física, uma das maiores inovações financeiras foi a criação do crédito consignado que tem sido largamente usado por empreendedores. No contexto brasileiro a oferta de microcrédito é uma forma de promover o empreendedorismo e o trabalho autônomo de pessoas com trabalhos precários e situação de empobrecimento. A associação entre MEI e a necessidade de financiamentos adequados a este perfil de empreendedor, com prazo, condições e taxas adequadas levou o governo a desenvolver uma política de microcrédito no Brasil. Esta linha financeira possui um teto individual de R\$15 mil, taxa nominal de 8% ao ano e está associada a um fundo público para cobrir possíveis inadimplências. O objetivo do microcrédito é a compra de equipamentos, ferramentas ou capital de giro para os MEI. Ainda, Lavinas e Martins (2013) afirmam que financiamento e capacitação juntos promoveriam alternativas de ocupação e se constituem o eixo central das políticas de combate à pobreza.

Em suma, a literatura fornece evidências que indicam a importância do Microempreendedor Individual, e que há diversos fatores que podem estar associados com a efetividade dessa política pública. Na próxima seção mostraremos as hipóteses para a estimação de nossos modelos empíricos.

Hipóteses Empíricas

Considerando a fundamentação anteriormente exposta, propõe-se que a taxa de abertura de MEIs é relacionada por fatores que indicam a condição econômica e demográfica da população, bem como os fatores de políticas de microcrédito e

capacitação. Com base na literatura, formulamos algumas hipóteses que estão descritas abaixo.

A primeira delas indica que o fenômeno de MEI é uma resposta do mercado para a inclusão de pessoas em situação de risco e informalidade, e por isso se relaciona com um baixo nível educacional e idade mais avançada, altos níveis de desemprego regional, baixa renda per capita e baixos níveis salariais regionais (LAVINAS; MARTINS, 2013; SABOIA, 2011; CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014; NETO et al.,2017). A partir das afirmações dos referidos autores se propõem as seguintes hipóteses:

H1: Quanto mais avançada a idade média da população e o nível educacional médio for mais baixo nível maior a geração de MEIs como alternativa ao autoemprego.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho para pessoas que se enquadram nessa relação, baixo nível escolar e idade avançada contribuem para um maior nível de desemprego. Para esse grupo, trabalhar por conta própria ou empreendedorismo por necessidade é a alternativa encontrada.

H2: A renda per capita é uma variável significativa na formação de MEIs nascentes.

Quanto menor a renda *per capita*, maior a formação de MEIs, não é difícil de compreender que os trabalhadores busquem no autoemprego uma alternativa de melhorar sua renda, nesses casos muitos acabam largando o emprego formal para alavancar melhores ganhos trabalhando por conta própria, nesse meio o MEI surge como alternativa para um trabalho formal dentro das novas expectativas desse trabalhador (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014, NETO et al.,2017).

H3: Quanto mais baixo o nível médio educacional da região, maior o nível de MEI nascentes. Associada a hipótese 1 onde relaciona a criação de MEI com o baixo nível educacional da região.

De acordo com Saboia (2011) a baixa escolaridade em sua maior parte está associada com o subemprego, a busca de trabalhadores técnicos e instruídos excluem trabalhadores de baixo nível escolar do mercado formal, forçando esse trabalhador a buscar oportunidades no empreendedorismo. Assim, ele se lança no mercado vendendo sua mão de obra direta ao tomador do serviço ou em pequenos comércios.

Considerando uma associação da MEI com a redução do desemprego e da informalidade, em atendimento ao próprio objetivo da política pública que embasa

este programa (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014; THURIK et al., 2008), propõe-se que:

H4: A condição econômica da região, expressa pelo nível de desemprego e de salários médios é um fator de influência na geração de MEIs.

A criação do MEI, tem por objetivo tirar da informalidade o grande número de trabalhadores que estão nessa situação, trabalhadores por conta própria, que não estão no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e nem sócios, ou seja, estão informais e sozinhos, respectivamente, seriam sérios candidatos a virarem MEI. Como a condição econômica, baixos salários e altos níveis de desemprego favorecem a inserção de trabalhadores informais no mercado de trabalho, existe a possibilidade de crescimento das MEIs, no sentido de formalização desses microempreendedores.

H5: Os programas de microcrédito impactam positivamente na geração de MEIs.

O microcrédito para financiar empresas pode ser um fator favorável a criação de MEIs. Os empreendedores formalizados poderão ter mais acesso ao sistema bancário e a linhas específicas para microempresários, ao criar financiamentos específicos para trabalhadores por conta própria e formalizados com CNPJ políticas de microcrédito criam o ambiente para inserção de novos negócios e de novos trabalhadores no mercado formal (LAVINAS; FERRAZ, 2010; LAVINAS; MARTINS, 2013; MENEZES, 2015).

H6: Quanto maior o orçamento dos órgãos de capacitação de micro e pequenas empresas maior o fomento e a criação de MEIs.

Fomentar a criação, dar subsídios para que o empreendedor tenha respostas para suas dúvidas, acesso a informações específicas e um canal que fale sobre suas necessidades facilita e incentiva o surgimento de novos empreendedores, é importante para o empreendedor ter um respaldo e também uma ajuda. Facilitando a abertura do pequeno empreendimento, órgãos de capacitação promovem a inserção

de um empreendedor mais próximo da realidade, mostra para ele como o mercado se comporta e dá ideias de gestão do seu negócio. Além de criar, manter esse empreendedor no mercado e qualificá-lo, incentiva outros a buscarem no empreendedorismo a solução para suas necessidades financeiras (LAVINAS; FERRAZ, 2010; LAVINAS; MARTINS, 2013).

Dados e estratégia empírica

Dados

A principal fonte de dados relacionada aos MEIs é disponibilizada pelo Portal do Microempreendedor individual⁴. Essa base apresenta uma diversidade de informações sobre a variável dependente desse estudo, isto é, a formação de MEIs. Em relação às variáveis independentes, optou-se por classificá-las em três grupos. O primeiro refere-se a características demográficas incluindo: idade média da população e educação média. O segundo aborda condições sócio econômicas representado por: salário médio, taxa de desemprego e PIB *per capita*. Por último, o terceiro grupo focaliza o apoio ao empreendedorismo por meio do microcrédito e apoio e a capacitação. Abaixo se faz um breve resumo dos dados utilizados. O período analisado compreende-se entre os anos de 2012 até 2016, com informações dos 26 estados mais o Distrito Federal.

Tabela 1 – Resumo das Variáveis

Variáveis	Legenda	Fonte de informação
1 – PibPercapita	Produto Interno Bruto de cada estado dividido por sua população.	IBGE
2- Orçamento SEBRAE	Orçamento do SEBRAE nacional as unidades estaduais do SEBRAE	Portal SEBRAE
3 - Idade_média_população	Idade Média da População dos estados	IBGE – Razão da Média do intervalo de idade pelo tamanho da população
4 – MEIS	Quantidade de MEIs abertos	Portal do MEI
5 - Taxa de_desemprego	Taxa de Desemprego	IPEA
6 - PNMPO	Programa Nacional do Micro Crédito Produtivo Orientado	MTE
7- Infantil_Rede_pública	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino infantil rede pública	Portal do MEC
8- Infantil_Rede_particular	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino Infantil rede particular	Portal do MEC
9 - Fundamental_Rede_pública	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino fundamental rede pública	Portal do MEC
10 - Fundamental_Rede_particular	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino fundamental rede particular	Portal do MEC
11- Médio_Rede_pública	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino	Portal do MEC

⁴<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>

	médio rede pública	
12 - Médio_Rede_particular	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino médio rede particular	Portal do MEC
13 - Superior_Rede_pública	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino superior rede pública	Portal do MEC
14 - Superior_Rede_particular	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino superior rede particular	Portal do MEC
15 - IdebPui	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas públicas séries iniciais	Portal do MEC
16 - IdebPuf	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas pública séries finais	Portal do MEC
17 - IdebPuEm	Índice de Desenvolvimento do ensino médio das escolas pública	Portal do MEC
18 - IdebPai	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas particulares séries iniciais	Portal do MEC
19 - IdebPaf	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas particulares séries finais	Portal do MEC
20 - IdebPaEm	Índice de Desenvolvimento do ensino médio das escolas particulares	Portal do MEC
21 - Total Admis	Trabalhadores admitidos com carteira assinada	MTE
22 - Total Deslig	Trabalhadores desligados que possuíam carteira assinada	MTE
23 - Saldo	Diferença entre total admissões e desligamentos	MTE
24- Salário	Salário Médio dos Estados	MTE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a tabela 1 mostram-se as estatísticas descritivas dos dados, como segue:

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas

Variáveis	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
pibpercapita	108	22986.05	12254.52	8982.3	73971.05
idade_med	135	30.46773	2.676681	24.9833	36.04223
Meis	135	36984.76	54145.59	1089	271738
desemprego	135	6.82	2.448265	4.8	11.5
Salario	135	2179.803	552.7577	1416.21	4786.9
orcamento	108	88500000	79000000	18600000	588000000
Pnmpo	108	294000000	383000000	1116940	2340000000
inf_pub	108	71.54259	12.0888	37.7	96.8
inf_partic~r	108	28.45833	12.08805	3.2	62.3
fund_pub	108	87.26759	6.017433	74	97.2
fund_parti~r	108	12.73241	6.017433	2.8	26
medio_pub	108	88.49444	5.303743	74.6	98.6
med_partic~r	108	11.50556	5.303743	1.4	25.4
superior_pub	108	28.85648	9.231714	11.4	52.7

superior_p~r	108	71.14352	9.231714	47.3	88.6
Idebpuj	81	4.820988	0.7126914	3.5	6.2
Idebpuj	81	3.819753	0.5021005	2.6	4.9
idebpuem	81	3.260494	0.3516671	2.6	4
Idebpai	81	6.583951	0.5134337	5.7	7.8
Idebpaaf	81	5.85679	0.3674025	5.2	6.6
idebpaem	81	5.324691	0.3970298	4	6.1
Saldo	135	-379.1926	82715.34	-471588	337295
total_admis	135	726644.1	1176246	19547	6614695
total_deslig	135	727023.3	1174307	22580	6406847

Fonte: Elaborado pelos autores.

O número de MEIs teve seu valor máximo no estado de São Paulo no ano de 2016 e o menor valor apresentou-se em Roraima no ano de 2016. Em relação à taxa de desemprego nota-se que a mesma variou de 4,8 a 11,5 durante os anos de 2012 a 2015, o salário médio teve o seu mínimo em R\$ 1.416,21 e o máximo em R\$ 4.786,90. A idade média um fator determinante, teve uma diferença de aproximadamente 11 anos entre o mínimo e o máximo. O saldo de pessoas contratadas e desligadas no emprego formal, ou seja, com carteira assinada é negativo durante o período analisado. A média do PIB *per capita* foi de R\$ 22.986,05. Notamos uma diferença considerável em seu valor mínimo e máximo, algo em torno de 800% mostrando a disparidade regional encontrada no Brasil. A variável “orçamento” oscilou de aproximadamente entre 18 a 588 milhões de reais, já o Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO) teve como valor mínimo R\$ 1.116.940,00 e seu máximo chegando a R\$ 2.340.000.000,00 que foi ao Estado do Ceará no ano de 2014.

Modelo Econométrico

Para realizar a análise econométrica utiliza-se estimadores de dados em painel. Portanto, para estudar se há efeitos específicos na formação de MEIs para um determinado estado, testa-se a seguinte relação linear:

$$y_{jt} = \alpha + d'_{jt}\beta + x'_{jt}\gamma + \eta_j + \xi_{jt} \quad (1)$$

Pode-se notar que tanto a variável dependente quanto a independente possuem variabilidade no tempo. No modelo de efeitos fixos a heterogeneidade individual, isto é, entre os estados, é representada por uma mudança no intercepto

da equação (1). Em outras palavras, inclui-se um novo termo $\alpha_j = \alpha + \eta_j$ que não varia em relação à estimativa de mínimos quadrados ordinários (MQO). No estimador de efeitos aleatórios a heterogeneidade é considerada como parte do resíduo, $u_{jt} = \eta_j + \xi_{jt}$. Com base nessas especificações, fez-se o teste de Hausman (1978) constatou-se que se deveria utilizar uma estimação em painel com efeito fixo. Com o objetivo de superar a heterocedasticidade indicada pelo teste de Breuch-Pagan (1980), foram utilizados erros padrões robustos em todas as estimações.

Assim, com base nas considerações teóricas e na disponibilidade de dados, abaixo mostra-se a equação do modelo o qual denomina-se base ou inicial. Esse será o primeiro modelo a ser testado nas estimativas, sequencialmente adicionar-se-á demais controles conforme o canal a ser investigado:

$$l_MEI_{it} = \gamma_t + \alpha_i + \beta_1 l_salario_{it} + \beta_2 l_orga\c{c}amento_{it} + \beta_3 l_pnmpo_{it} + \beta_4 l_pib_{it} + \beta_5 l_idade_med_{it} + \beta_6 controles_{it} + u_{it} \quad (2)$$

Cabe destacar que a equação (2) expressa os fatores associados com a formação de novas MEIs. O termo γ_t representa as *dummies* temporais e α_i o efeito fixo de unidade federativa.

Resultados

Cabe fazer um comentário importante em relação às variáveis que serão utilizadas para realizarem-se as estimativas do modelo econométrico apresentado pela equação (1). Para facilitar a interpretação dos resultados, aplicou-se o logaritmo natural em todas as séries que não estão formatas em pontos percentuais. A tabela 3 apresenta as estimativas iniciais para o modelo básico:

Tabela 3 - Resultados da análise de regressão para o modelo inicial

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
<i>l_salario</i>	-1.60*** (0.44)	0.53** (0.25)	-0.28 (0.49)	0.50 (0.47)
<i>l_orcamento</i>	1.23*** (0.13)	0.13 (0.20)	1.10*** (0.22)	0.04 (0.17)
<i>l_pnmpo</i>	0.09* (0.05)	-0.17 (0.14)	0.12*** (0.04)	-0.20 (0.18)
<i>lpib</i>	0.71**	0.56	0.27	0.22

	(0.29)	(0.62)	(0.31)	(0.55)
idade_med	2.42 [*]	-7.02	4.21 ^{***}	-30.45
	(1.31)	(6.38)	(1.39)	(22.47)
d2012			0.62 ^{**}	-0.65
			(0.10)	(0.44)
d2013			0.34 ^{***}	-0.26
			(0.07)	(0.27)
constante	-17.21 ^{***}	25.00	-27.30 ^{***}	110.75
	(3.75)	(19.11)	(4.30)	(78.08)
<i>N</i>	81	81	81	81
adj. <i>R</i> ²	0.902	0.008	0.93	0.029

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: Erros Padrões Robustos entre parênteses, sendo * significativo a 10%, ** significativo a 5% e *** significativo a 1%. Nos modelos (1) e (3) foi usado MQO agrupado e em (2) e (4) utilizou-se efeitos fixos.

Pode-se constatar de acordo com o modelo (1) que todas as variáveis de controle foram significativas. Observou-se que um aumento de 1% no salário provoca uma redução de 1.6% no número de MEIs. Em contrapartida um aumento de 1% no PIB *per capita*, no orçamento do SEBRAE, na idade média da população e na linha de crédito PNMPO, fazem com que o número de MEIs cresça em 0.71%, 1.23%, 2.42% e 0.09%. Pode-se notar que o efeito na média é expressivo, por exemplo, o aumento no orçamento do SEBRAE faz com que o número médio de MEIs 36984.76 cresça para 82476,01. Já no modelo (2) viu-se que apenas a variável salário mostrou-se significativa, isto é, um aumento de 1% no salário resulta em um acréscimo de 0.53%. Ao incluírem-se as *dummies* temporais no modelo (3), usando como referência o ano de 2016, essas variáveis mostraram um efeito positivo na constituição de novas MEIs. Em relação as demais variáveis quando comparadas aos coeficientes estimados no modelo (1), o orçamento do Sebrae caiu em 0.13%, a PNMPO aumento em 0.03 e idade média cresceu em aproximadamente 1,8. No modelo (4) quando se utilizou o estimador de efeitos fixos, bem como no modelo (2), nenhuma das variáveis se mostrou significativa.

A seguir, fazem-se as regressões incluindo variáveis que captam a percepção relativa ao mercado de trabalho. Esses componentes são: a taxa de desemprego⁵, o total de funcionários contratados formalmente, o total de funcionários desligados e a razão entre essas duas variáveis.

⁵ Para poder-se usar o logaritmo dessa variável, fizemos a divisão por 100 e aplicamos a função ln.

Tabela 4 - Resultados da análise de regressão para o modelo com controles referentes ao mercado de trabalho

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
L_salario	-0.62 (0.62)	0.51 (0.42)	0.49 (0.43)	-0.63 (0.61)	0.74 (0.45)	0.76 (0.46)	0.80 (0.50)	0.76 (0.47)
L_orcamento	1.07*** (0.22)	0.27*** (0.10)	0.29*** (0.10)	1.08*** (0.22)	0.14 (0.17)	0.12 (0.21)	0.09 (0.25)	0.14 (0.18)
L_pnmpo	0.07 (0.05)	-0.02 (0.04)	-0.02 (0.05)	0.07 (0.05)	-0.21 (0.18)	-0.20 (0.17)	-0.22 (0.18)	-0.23 (0.21)
Lpib	0.24 (0.35)	-0.60** (0.26)	-0.60** (0.27)	0.26 (0.36)	0.51 (0.56)	0.34 (0.47)	0.31 (0.44)	0.58 (0.67)
idade_med	4.81*** (1.53)	2.69*** (0.85)	2.80*** (0.88)	4.65*** (1.47)	0.09 (13.85)	0.54 (14.00)	0.26 (13.40)	-0.30 (13.10)
L_desemprego	3.34*** (0.65)	1.39*** (0.32)	1.67*** (0.30)	3.33*** (0.74)	1.20 (1.36)	1.15 (1.34)	1.25 (1.42)	1.27 (1.52)
L_totalA		0.76*** (0.06)				0.36 (0.69)		
L_totalD			0.74*** (0.06)				0.70 (1.18)	
L_razao				0.13 (0.89)				-0.38 (1.01)
Constant	-14.95*** (4.35)	-7.47*** (2.54)	-6.94*** (2.56)	-14.87*** (4.48)	3.68 (42.07)	-0.80 (45.70)	-3.08 (48.95)	4.81 (39.86)
N	81	81	81	81	81	81	81	81
adj. R ²	0.012	0.05	0.04	0.012	0.024	0.014	0.022	0.013

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: Erros Padrões Robustos entre parênteses, sendo * significativo a 10%, ** significativo a 5% e *** significativo a 1%. Nos modelos (1) a (4) usou-se efeitos aleatórios. Nas estimativas (5) a (8) utilizou-se efeito fixo.

No modelo (1) que inclui apenas a variável desemprego, observou-se que o aumento de 1% nessa variável faz com que o número de MEIs cresça em 3,34%, o que é um resultado bastante expressivo. Ao adicionar-se total de admissões no modelo (2) temos que o aumento de 1% no coeficiente faz com que as MEIs cresçam em 0,76% sendo que o coeficiente da taxa de desemprego cai para 1,39%. No terceiro modelo, o total de demissões apresenta um resultado semelhante ao anterior, ou seja, um coeficiente de 0.74%. Quando se verificou que esse efeito positivo se mantém para a razão entre essas duas variáveis, viu-se no modelo (4) que o coeficiente estimado não se mostrou significativo e o desemprego manteve-se semelhante ao modelo (1). Novamente ao estimarem-se as regressões com efeitos

fixos nos modelos (5) a (8), nenhuma das variáveis apresentou significância estatística. A próxima análise é referente aos índices de educação para os estados brasileiros.

Tabela 5 - Resultados da análise de regressão para o modelo com controles referentes a educação – Estimativas com Efeitos Aleatórios

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
<i>l_salario</i>	-1.59*** (0.55)	-1.49*** (0.54)	-1.39*** (0.52)	-1.53*** (0.55)	-1.55*** (0.55)	-1.35** (0.59)	-1.38*** (0.53)
<i>l_orcamento</i>	1.34*** (0.16)	1.32*** (0.16)	1.32*** (0.15)	1.34*** (0.14)	1.33*** (0.16)	1.26*** (0.15)	1.34*** (0.13)
<i>l_pnmpo</i>	0.07 (0.07)	0.08 (0.06)	0.08 (0.06)	0.06 (0.06)	0.08 (0.06)	0.09 (0.06)	0.07 (0.06)
<i>lpib</i>	0.91*** (0.28)	0.74** (0.29)	0.67** (0.30)	0.84*** (0.29)	0.81*** (0.28)	0.64** (0.32)	0.88*** (0.29)
<i>idade_med</i>	2.59** (1.12)	2.17** (1.06)	2.45** (1.08)	2.90*** (1.07)	2.43** (0.99)	2.28* (1.17)	2.38** (1.15)
<i>idebpui</i>	-0.25** (0.12)						-0.12 (0.21)
<i>idebpuf</i>		-0.14 (0.12)					0.12 (0.23)
<i>idebpuem</i>			-0.17 (0.17)				-0.08 (0.14)
<i>idebpai</i>				-0.38*** (0.11)			-0.30 (0.20)
<i>idebpaf</i>					-0.35* (0.19)		-0.31 (0.29)
<i>idebpaem</i>						0.01 (0.19)	0.41** (0.17)
Constant	-20.03*** (4.14)	-18.30*** (3.85)	-19.15*** (3.96)	-19.38*** (4.00)	-17.96*** (3.75)	-18.44*** (4.13)	-20.10*** (4.25)
<i>N</i>	54	54	54	54	54	54	54
adj. <i>R</i> ²	0.002	0.0012	0.0012	0.004	0.003	0.003	0.013

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: Erros Padrões Robustos entre parênteses, sendo * significativo a 10%, ** significativo a 5% e *** significativo a 1%.

Para examinarmos o efeito do nível educacional na formação de novas MEIs utilizou os indicadores do IDEB. As variáveis que se mostraram significativas modelo (1) e modelo (4) mostra que o aumento de 1% no índice do IDEB dos anos iniciais tanto da educação pública como privada faz cair o número de MEIs em 0,25% e

0,38%. O Modelo (5) mostra com significância em 10% que um aumento de 1% na nota do IDEB das escolas particulares séries iniciais reduz em 0,35% a criação de MEIs. Ao relacionarem-se todas as notas do IDEB modelo (7) das séries iniciais até o ensino médio das escolas públicas e privadas constatamos que apenas o ensino médio particular mostrou se significativo a 5% onde o aumento de 1% no IDEB aumenta em 0,41% o número de MEIs.

Tabela 6 - Resultados da análise de regressão para o modelo com controles referentes a educação – estimativas com efeito fixo

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
L_salario	0.79 (2.45)	1.89 (3.20)	1.42 (3.09)	1.16 (2.76)	0.93 (2.90)	-0.43 (2.83)	-1.27 (2.97)
L_orcamento	-0.67 (1.20)	-1.28 (1.79)	-1.17 (1.73)	-0.99 (1.54)	-1.13 (1.64)	-1.35 (1.78)	-1.08 (1.60)
L_pnmpo	-0.16 (0.17)	-0.26 (0.22)	-0.29 (0.25)	-0.29 (0.25)	-0.28 (0.24)	-0.23 (0.21)	-0.07 (0.22)
Lpib	1.27 (1.21)	0.94 (1.41)	1.28 (1.64)	1.75 (1.73)	1.50 (1.69)	0.94 (1.49)	0.63 (1.52)
idade_med	13.16 (33.55)	13.93 (34.74)	12.15 (32.55)	12.68 (32.40)	12.24 (31.84)	22.09 (38.48)	26.25 (45.35)
ldebpu	-0.58 (0.63)						-0.51 (0.49)
ldebpu		-0.35 (0.44)					-0.29 (0.53)
ldebpuem			-0.02 (0.10)				0.08 (0.26)
ldebpai				-0.31 (0.37)			0.13 (0.23)
ldebpa					-0.27 (0.47)		-0.22 (0.50)
ldebpaem						-0.42 (0.32)	-0.50 (0.35)
Constant	-35.72 (92.36)	-31.84 (90.17)	-28.30 (86.38)	-34.08 (90.04)	-26.53 (81.63)	-40.48 (92.54)	-48.96 (107.21)
N	54	54	54	54	54	54	54
adj. R ²	0.092	0.057	0.027	0.050	0.039	0.080	0.072

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: Erros Padrões Robustos entre parênteses, sendo * significativo a 10%, ** significativo a 5% e *** significativo a 1%.

Quando se usou os estimadores de efeito fixo, observou-se que nenhuma variável se mostrou significativa em relação ao que havia sido apresentado na tabela 5. Desse modo, pode-se se fazer algumas considerações sobre os resultados obtidos nas estimativas anteriores. Conforme defendido por Lavinás e Martins (2013), Saboia (2011), Corseuil, Neri e Ulyssea (2014) e Neto et al. (2017), que a idade mais avançada é um fator que impacta na formação de MEIs, o resultado da presente análise mostra que essa variável apresentou efeito positivo nos modelos de MQO agrupado, mas não se confirmou nas estimativas por efeito fixo. Portanto, há alguns indícios que a hipótese 1 (H1) que considerava o aumento da idade média da população brasileira como um impulso para a MEI pode ser verdadeira, mas nas estimativas mais robustas essa afirmação não se manteve.

Enquanto que a H2 propõe que a renda *per capita* é estatisticamente significativa sobre a variável dependente (taxa de MEIs), pois a menor condição econômica faz com que se busque no empreendedorismo alternativas de autoemprego não foi validada por completo. Neste caso, no modelo (1) da tabela 3 a renda *per capita* influencia a taxa de MEIs em 0,71%, ou seja, 1% de aumento na renda aumenta em aproximadamente 632 mil MEIs, aqui encontramos resultado diferente da literatura, ao colocarmos duas variáveis de controle total admitidos (2) e total demitidos (3) verificamos um efeito contrário ao modelo inicial, onde 1% na renda *per capita* diminui em 0,60% a geração de MEIs nos dois modelos. Como é visto em Corseuil, Neri e Ulyssea (2014) onde os altos níveis de desemprego regional, baixa renda per capita e baixos níveis salariais regionais seriam fatores impulsionadores das MEIs, não pode ser afirmada pelo modelo testado.

Com relação ao nível médio educacional e seu impacto sobre as MEIs nascentes, se utilizamos o IDEB, que funciona como um indicador nacional, possibilitando o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, assim a sociedade pode mobilizar-se por melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. Neste caso, o IDEB representa a qualidade ou nível da educação e os resultados indicaram que o mesmo das escolas públicas está impactando na criação de MEIs na tabela 5 modelo (1), 1% de aumento na nota do IDEB das escolas públicas anos iniciais reduz em 0,25% a estimativa de criação de MEIs. O mesmo notamos no modelo (4) um aumento de 1% na nota do IDEB das escolas particulares anos

iniciais diminui em 0,38% o número de MEIs. Enquanto que o índice de educação das escolas privadas e públicas de séries iniciais apresenta relação negativa sobre as MEIs, porém, na Tabela 5 modelo (7), ao testarmos com todas as variáveis do IDEB a variável correspondente ao ensino médio particular mostrou significância de 10%, ao aumentarmos o nível de educação do ensino médio particular em 1% teremos um aumento de 0,41% na abertura de novos MEIs, ou seja, quanto melhor o nível de ensino médio privado maior o número de MEIs criados nos estados brasileiros. A tabela 5 modelos (1), (4) e (5) mostra que o aumento na educação diminui a abertura de MEIs, essa razão validaria a hipótese 3, no entanto ao rodarmos as mesmas variáveis com efeito fixo tabela 6 notamos que nenhuma variável de educação possui significância estatística.

Para validar a H4, a qual propõe que a condição econômica de uma região indicada pelo nível de desempregos e salários médio tem relação inversa com a geração de MEIs, rodamos a amostra simples e com efeito fixo. Observamos que nos modelos (1), (2), (3), e (4) existe um alto grau de significância positivo a 1% da variável desemprego, mas ao rodarmos, modelos (5), (6), (7) e (8) com efeito fixo perdemos a significância estatística dessa variável. Assim, os pressupostos encontrados na literatura que afirmam uma associação da MEI com a redução do desemprego e da informalidade, (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014) não pode ser confirmado na íntegra através do modelo testado, enquanto a variável salário não apresentou significância nos modelos simples e nos modelos de efeito fixo.

As últimas duas hipóteses levantadas são baseadas em autores que estudaram a influência do acesso a capacitação e micro crédito para a geração do empreendedorismo (LAVINAS; FERRAZ, 2010; LAVINAS; MARTINS, 2013). A H5 prevê que os programas de microcrédito impactam positivamente na geração de MEIs, porém a variável PNMPO que reflete o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado não mostrou significância estatística no modelo inicial. No entanto, ao incluir as variáveis de nível de desemprego a PNMPO passou a ser significativa no modelo a um nível de confiança de 99%. Desta forma, considera-se esta hipótese parcialmente validada, já que havendo cenários de desemprego, o acesso ao crédito torna-se fundamental para o fomento do micro empreendedorismo individual, ao testarmos a variável com efeito fixo a mesma perdeu sua significância no modelo.

Por último, a H6 relaciona o orçamento dos organismos dedicados à capacitação de micro e pequenas empresas como um elemento que fomenta a

criação de MEIs. Para comprovar esta hipótese utilizou-se o orçamento anual do SEBRAE como variável independente no modelo. Os resultados indicaram uma alta correlação positiva, sobre o número de MEIs. A tabela 4 com controles referentes ao mercado de trabalho, o modelo (2) mostra que 1% no orçamento do Sebrae aumenta em 469 mil o número de MEIs, já o modelo (4) mostra um valor mais expressivo, 1% no orçamento do Sebrae aumenta em 769 mil o número de MEIs na média, em todos os modelos testados. Portanto, considera-se validada a H6, ou seja, quanto maior o orçamento dos órgãos de capacitação a micro e pequenas empresas, maior o número de MEIs gerados.

Considerações Finais

O crescente número de empresas criadas como MEI a partir de 2008, trouxe à tona uma pergunta relevante e importante para a economia do país, já que micro e pequenas empresas geram 27% do PIB brasileiro⁶. Entender o que leva esse número ser cada vez maior é importante para direcionar políticas como microcrédito e principalmente políticas de capacitação a esse empreendedor que muitas vezes surge por necessidade e não por espírito empreendedor.

O estudo utilizou metodologia quantitativa com a técnica de análise de regressão de dados em painel. Um modelo inicial foi proposto em que uma série de variáveis independentes que expressam desde condições econômicas a sociais foram correlacionadas com a variável dependente, número de MEIs. Todos os estados da federação brasileira foram considerados em uma série temporal de 2012 a 2016.

Os resultados indicam uma relação mais acentuada com as condições econômicas das regiões do que com as políticas de microcrédito. Já na área social, a idade é um fator fundamental, no entanto, o nível educacional aparece de forma controversa na análise, sendo um ponto aberto à discussão, pois a influência do nível do ensino público sobre o MEI, o qual não mostra significância. A qualidade do ensino privado sim, aponta significância, porém se torna quase inconsistente com a política nacional, que prevê a criação do MEI como uma alternativa para sair da informalidade. Os negócios com baixo faturamento, que são alternativas de autoemprego e, portanto, na maioria atende faixas da população que não pode pagar por escolas de ensino privado.

⁶Para mais detalhes veja: <http://www.sebrae.com.br/sites/>

Outro ponto controverso foi o microcrédito que no modelo inicial não se mostrou significativa, apesar dessa relação mudar com a inserção das taxas de desemprego. Uma explicação para ocorrência deste fato pode estar relacionada que grande parte do microcrédito estar direcionado aos negócios informais, conforme dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado entre 2012 e 2015, observou-se uma média de 6,9% destinado a empreendedores formais, o restante, 93,10 % é destinado a empreendedores informais. Sendo o MEI uma unidade formalizada, parece que não está recebendo este aporte de micro crédito adequadamente.

Em suma, esse trabalho apresenta algumas limitações, especialmente relacionadas a disponibilidade de dados e estatísticas nacionais, o que por um lado limitou a escolha de variáveis para as estimativas e por outro gerou observações faltantes, reduzindo drasticamente o número de dados para estimarmos alguns modelos. Com base nestas limitações recomenda-se como pesquisa futura a ampliação de variáveis para explorar outras combinações que afetem a produção de MEIs no Brasil, principalmente utilizando variáveis socioculturais e assim ampliando o escopo teórico utilizado na relação contexto-empendedorismo.

REFERÊNCIAS

As BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.** Cria a figura do microempreendedor individual – MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar 123/2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2008.

BREUSCH, T. S.; PAGAN, A. R. The Lagrange Multiplier Test and its Applications to Model Specification in Econometrics. **The Review of Economic Studies**, v. 47, n. 1, p. 239–253, 1 jan. 1980.

CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. **Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2014.

DORNELAS, J. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2003. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2005.

RENGIFO, F. A. G. **Definición de los lineamientos generales de una política pública para el fomento del emprendimiento en el Ecuador.** Maestría em Gerencia para el Desarrollo. Mención en Gerencia Social—Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2015.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). 2016. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HAUSMAN, J. A. Specification Tests in Econometrics. **Econometrica**, v. 46, n. 6, p. 1251–1271, 1 nov. 1978.

HOLZMANN, R.; JØRGENSEN, S. Social risk management: A new conceptual framework for social protection, and beyond. **International Tax and Public Finance**, v. 8, n. 4, p. 529–556, 2001.

LAVINAS, L.; FERRAZ, C. Inclusão Financeira, Crédito e Desenvolvimento: que papel uma renda básica de cidadania pode jogar nesse processo. In: **XIII Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, São Paulo**. 2010.

LAVINAS, L.; MARTINS, P. Empreendedorismo, microcrédito e superação da miséria no Brasil: pontos em debate. **Revista Econômica**, v. 14, n. 2, 2013.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Portal do Microempreendedor Individual. Disponível em: <<https://www.portalmei.org/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MENEZES, G. R. **Ensaio Sobre Economia do Empreendedorismo**. Tese de Doutorado (Economia)—Porto Alegre: UFRGS, 2015.

NETO, R. P. de C. et al. Condicionantes do Empreendedorismo no Brasil: uma análise regional. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 11, n. 4, p. 447–466, 2017.

SABOIA J. **Geração de Emprego para Pessoas com Curso Superior no Mercado Formal de Trabalho no Brasil**. Palestra e Apresentação oral realizada na 2ª Conferência do Desenvolvimento – CODE Brasília, 23/ 25 de novembro de 2011.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **SEBRAE Perfil do microempreendedor individual 2013**. Brasília: Sebrae, 2013.

SOUZA, D. L. de; SOUZA, J. B. de; PASIN, L. E. V.; ZAMBALDE, A. L. Empreendedorismo e Desenvolvimento Local. Uma Análise do Programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, 2016.

THURIK, A. R. et al. Does self-employment reduce unemployment? **Journal of Business Venturing**, v. 23, n. 6, p. 673–686, nov. 2008.

KANTIS, Hugo. **El Fondo Emprender: Nuevas oportunidades para emprendimientos dinámicos en Uruguay**. Inter-American Development Bank, 2012.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. DOS. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 311–327, jun. 2014.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rodrigo Nobre Fernandez – Concepção, análise de dados, elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Nalair Coimbra Lima – Concepção, coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito.

Gabrielito Menezes – Análise de dados, elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Rodrigo Nobre Fernandez agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (CNPQ) pelo suporte financeiro

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 08-10-2018

Aprovado em: 11-12-2018